



Câmara Municipal

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2022** – De autoria dos Vereadores Luís Carlos Domiciano (Bira), Mercílio Macena Benevides, Heldreiz Muniz, Carlos Gomes e Aline Luchetta– Altera a redação do Inciso XIII do Art. 30, revoga o §1º do Art. 35, acrescenta o §3º ao Art. 36 e altera a redação do Inciso XV do Art. 64 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

Em relação à presente propositura, por ser legal, constitucional e regimental, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

### PARECER FAVORÁVEL

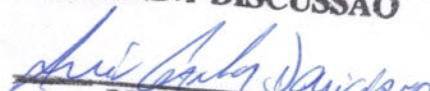
Plenário Dr. Durval Nicolau, 22 de fevereiro de 2022.

  
CARLOS GOMES

  
JOCELI MARIOZI

GUSTAVO BELLONI

19 / 03 / 2022  
APROVADO EM  
SEGUNDA DISCUSSÃO

  
PRESIDENTE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA

COMISSÕES

*Legislação e redação*

DATA, 21 / 07 / 2022

PRESIDENTE

**PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 001/2022**

“Altera a redação do Inciso XIII do Art. 30, revoga o §1º do Art. 35, acrescenta o §3º ao Art. 36 e altera a redação do Inciso XV do Art. 64 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências”

**A Câmara Municipal de São João da Boa Vista APROVA;**

Art. 1º- Fica alterada a redação do Inciso XIII do Art. 30 da Lei Orgânica Municipal, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30º...

*XIII- encaminhar ao Chefe do Poder Executivo e aos Diretores Municipais pedidos de informação formulados por Vereadores, os quais deverão ser respondidos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade.”*

Art. 2º- Fica revogado o §1º do Art. 35 da Lei Orgânica Municipal de São João da Boa Vista.

Art. 3º- Fica acrescentado o §3º ao Art. 36 da Lei Orgânica Municipal, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36º...

*§3º- O presidente da Câmara Municipal dará ciência aos Vereadores do dia e hora da realização das sessões extraordinária, mediante ofício com cópia dos documentos que serão discutidos na Sessão, preferencialmente por aplicativo de mensagem ou meio eletrônico similar, sendo que apenas excepcionalmente haverá entrega dos documentos em formato físico.”*

Art. 4º- Fica alterada a redação do Inciso XV do Art. 64 da Lei Orgânica Municipal, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64º...



*XV- prestar à Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias,, as informações pela mesma solicitada, com absoluta exatidão ao que foi indagado, sob pena de responsabilidade.*

Plenário Dr. Durval Nicolau, 03 de fevereiro de 2.022

**Luís Carlos Domiciano**  
**Presidente**



**Mercílio Macena**  
**Vice-Presidente**

**Heldreiz Muniz**  
**1º Secretário**

**Aline Luchetta**  
**2º Secretária**

**Carlos Gomes**  
**Vereador-PL**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de emenda à lei orgânica municipal tem por objetivo promover mudanças importantes que tem por finalidade a organização de alguns pontos que não estão muito claros em nossa Lei Maior.

Inicialmente, o texto tem por objetivo unificar o prazo para que o Poder Executivo responda a pedido de informações confeccionado pelos parlamentares da Casa. Com a redação atual, temos a previsão de dois prazos legais para resposta a requerimentos: 30 (trinta) dias, conforme o Art. 30, Inciso XII da LOM e 15 (quinze) dias, conforme o Art. 64, Inciso XV da LOM. O presente projeto tem o fito de estabelecer prazo único de 30 (trinta) dias para resposta, além da possibilidade de dilatação do prazo por mais 30 (trinta) dias.

Também está sendo revogado o §1º do Art. 35 da LOM que traz regra desnecessária sobre o início das sessões ordinárias, tendo em vista se tratar de matéria interna corporis, já regulamentada pelo Regimento Interno da Casa de Leis.

Por fim, temos a inserção do § 3º ao Art. 36 da LOM, que tem por objetivo agilizar o processo de convocações para as sessões extraordinárias da Casa, que será preferencialmente por aplicativo de mensagens. Importante salientar que o Regimento Interno da Casa já prevê solução similar no Art. 134, §3º.

A propositura possui viabilidade jurídica, havendo respeito ao processo legislativo, sendo que a proposta de Emenda à Lei Orgânica está devidamente subscrita por um terço dos Vereadores, em obediência ao Art. 42, Inciso I, da LOM.

Sendo assim, apresentamos ao Plenário da Casa a presente propositura, e contamos com a colaboração de todos para a sua aprovação em Plenário.